



CONFLITOS SÓCIO AMBIENTAIS E SAÚDE MENTAL EM POPULAÇÕES QUILOMBOLAS.

Emanuel Gomes Da Silva¹
James Ferreira Moura Junior²

RESUMO

O presente resumo é parte do projeto de pesquisa integrante da pesquisa guarda-chuva - COSQUI - Saúde Mental: Conflitos Socioambientais, Suicídio e Quilombos: estratégias de promoção de saúde mental a partir das intersecções entre gênero, classe e ciclo de vida da população quilombola brasileira. Esta pesquisa foi contemplada com o Edital Estudos Transdisciplinares em Saúde Coletiva do Ministério da Saúde e da Coordenação CNPQ.

O projeto é dividido em três estudos, o primeiro estudo tem como foco realizar um diagnóstico nacional das relações dos indicadores socioeconômicos, ambientais, fundiários com dados de suicídio e violência em territórios quilombolas. O segundo estudo, no qual se focaliza o presente projeto, volta sua atenção há como os conflitos socioambientais e os determinantes sociais de saúde impactam a saúde mental e os índices de suicídio em algumas comunidades quilombolas no Brasil. O terceiro e último estudo é voltado a identificar e promover estratégias de prevenção ao suicídio em contextos quilombolas que vivem situações de conflito socioambiental.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), a injustiça social e a pobreza são as grandes causas para as desigualdades que interferem direta ou indiretamente nas condições de saúde e doença das populações. Isso está relacionado ao não acesso a bens, produtos, políticas, à exclusão social, indigência, desfiliação, fragilização de laços sociais e pertencimento, violência, destruição ambiental, solidão, injustiça, aspectos que repercutem nos modos de subjetivação, nas dinâmicas familiares, na reprodução intergeracional das condições de vida e na mobilidade social, assim como na saúde mental (Dimenstein et al 2017). Em cenários de desigualdades sociais há, consequentemente, grupos populacionais que são mais ou menos expostos a riscos para o desenvolvimento ou agravamento de problemas de saúde como também de transtornos mentais, ou seja, ficam mais vulneráveis ao sofrimento mental (Dimenstein, et al., 2017).

Apesar da inclusão dos determinantes sociais de saúde na compreensão sobre saúde mental, pouco se tem problematizado sobre os efeitos das desigualdades e dos racismos na produção de sofrimento psíquico, na medicalização do cotidiano e patologização da vida dos povos tradicionais. Embora a Reforma Psiquiátrica esteja em curso há mais de 20 anos, o esforço considerável de substituir o modelo manicomial de cuidados para uma perspectiva territorial e comunitária, os povos indígenas e comunidades quilombolas têm sido historicamente excluídos desse processo. Apesar dos avanços nas últimas décadas no Brasil, as Políticas Nacional de Saúde Mental e de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, ainda estão atravessadas por lógicas e saberes eurocêntricos e colonizadores, pensando as experiências de sofrimento psíquico e a eficácia das práticas de cuidados independente dos pertencimentos ontológicos e das singularidades nos modos de viver a vida. Repensar essas políticas é considerar as marcas que imprimem diferentes tonalidades aos processos de subjetivação e modos de apreensão do mundo quando se trata de povos tradicionais.

Agradeço ao Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), financiada pelo Funcap (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) Pelo apoio fornecido a pesquisa e o fomento da bolsa!

Agradeço também a Unilab (Universidade da integração da lusofonia Afro brasileira).

Palavras-chave: Conflitos socio ambientais; saúde; quilombolas.

Universidade da integração da lusofonia Afro Brasileira, Palmares, Discente, emanuelgomes@aluno.unilab.edu.br¹
Universidade da Integração da lusofonia Afro brasileira, Palmares, Docente, james.mourajr@unilab.edu.br²